
**EDUCAR COM (É)TIC(A):
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
GENERATIVA**

**EDUCATION WITH (E)THIC(S):
AN EXPERIENCE REPORT ON THE USE OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE**

**EDUCAR COM (É)TIC(A):
RELATO DE EXPERIENCIA SOBRE EL USO DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL GENERATIVA**

Alicia Macedo Santana¹
Cristiane de Magalhães Porto²

RESUMO

O presente artigo tem como foco o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) em sala de aula, a partir de um Relato de Experiência desenvolvido no Estágio Docente da disciplina de Metodologia Científica, no Mestrado em Educação. A proposta surgiu da necessidade de promover a reflexão sobre o uso ético desse recurso entre estudantes do Ensino Superior. O estudo foi conduzido por meio da elaboração de uma atividade prática, na qual os alunos interagiram e, a partir dessa vivência, buscou-se compreender as potencialidades e desafios do uso da IAGen na formação universitária e refletir sobre os impactos pedagógicos, éticos e metodológicos de sua aplicação no ensino. Os resultados apontam que, embora a IAGen possa se configurar como apoio relevante à aprendizagem e à produção científica, seu uso indiscriminado e acrítico pode comprometer o desenvolvimento da escrita acadêmica e da autoria. Conclui-se que a integração responsável ao contexto educacional requer a mediação ativa dos docentes e a construção coletiva de princípios de uso ético e formativo desses recursos tecnológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Docência. Ética. Escrita.

ABSTRACT

This article examines the use of Generative Artificial Intelligence (GenAI) in classroom settings, based on an Experience Report from the Teaching Practicum of the Scientific Methodology course in a Master's program in Education. The initiative was motivated by the need to foster ethical reflection regarding this technology among higher education students. The study involved developing a practical activity through which students engaged with GenAI, enabling an exploration of its potentials and challenges in university education. The analysis highlights pedagogical, ethical, and methodological implications of GenAI's implementation. Findings suggest that while GenAI can substantially support learning and scientific production, its uncritical and indiscriminate use

Submetido em: 30/10/2025 – **Aceito em:** 09/02/2026 – **Publicado em:** 15/03/2026

¹ Mestranda em Educação (2024) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT) na Linha de Educação e Comunicação, com ênfase no uso da Inteligência Artificial Generativa no contexto educacional, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Bacharela em Direito (2021) pela Universidade Tiradentes (UNIT). Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia da Informação e Cibercultura (GETIC/UNIT/CNPq) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Arte, Direitos Humanos e Educação (GEPADHE/UNIT/CNPq). E-mail: aliciamcst@gmail.com.

² Pesquisadora de Bolsa Produtividade Nível B do CNPq. Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP. Doutora Multidisciplinar em Cultura e Sociedade e Mestre em Letras e Linguística na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia da Informação e Cibercultura (GETIC/Unit/CNPq). E-mail: crismporto@gmail.com.



may undermine academic writing skills and authorship. The study concludes that responsible integration necessitates active mediation by educators and the collective establishment of ethical and formative guidelines for technology use.

KEYWORDS: University. Teaching. Ethics. Writing.

RESUMEN

Este artículo examina el uso de la Inteligencia Artificial Generativa (IAGen) en entornos educativos, a partir de un Relato de Experiencia en la Práctica Docente de la asignatura de Metodología Científica en un programa de Maestría en Educación. La iniciativa surgió de la necesidad de promover la reflexión ética sobre esta tecnología entre estudiantes de educación superior. El estudio consistió en el desarrollo de una actividad práctica mediante la cual los estudiantes interactuaron con la IAGen, permitiendo explorar sus potencialidades y desafíos en la formación universitaria. El análisis destaca las implicaciones pedagógicas, éticas y metodológicas de la implementación de la IAGen. Los resultados sugieren que, aunque la IAGen puede aportar un apoyo significativo al aprendizaje y la producción científica, su uso indiscriminado y acrítico puede afectar negativamente las habilidades de redacción académica y la autoría. Se concluye que la integración responsable requiere la mediación activa de los docentes y el establecimiento colectivo de directrices éticas y formativas para el uso de la tecnología.

PALABRAS CLAVE: Universidad. Docencia. Ética. Escritura.

INTRODUÇÃO

O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) no campo educacional apresenta-se como uma realidade em expansão e, ao que tudo indica, inevitável. Essa percepção tornou-se mais evidente durante a vivência no Estágio Docente do Mestrado em Educação na Universidade Tiradentes, realizado na disciplina de Metodologia Científica, em que foi possível refletir sobre as potencialidades, desafios e consequências decorrentes do seu uso no processo de ensino-aprendizagem. No âmbito da Educação, os modelos generativos destacam-se como um recurso cada vez mais recorrente, em virtude de sua capacidade de elaboração textual.

No contexto universitário, especialmente na graduação, sua utilização em atividades acadêmicas ultrapassa o campo das discussões teóricas e configura-se como uma realidade concreta nas salas de aula, com demanda de reflexões contínuas por parte dos educadores quanto à sua aplicação ética, aspecto que se apresenta como um dos principais desafios. Observa-se, nesse cenário, questionamentos acerca da autoria, originalidade e confiabilidade na produção científica, sobretudo pela inexistência de detectores plenamente acurados que demonstrem o uso.

Paralelamente, essa tecnologia demonstra potencial como recurso de apoio à escrita acadêmico-científica, ao favorecer a autoria híbrida, a sistematização de ideias, o acesso a múltiplas fontes de dados e o estímulo à autonomia discente, para o protagonismo do estudante. Assim, a partir do contato direto no cotidiano das aulas, identificou-se, sob a ótica docente em formação, a seguinte problemática: de que modo os estudantes do ensino superior utilizam a Inteligência Artificial Generativa em seus trabalhos acadêmicos?



Para responder à questão, o objetivo geral do presente trabalho é descrever a relação dos estudantes de Ensino Superior com o uso da Inteligência Artificial Generativa. A partir disso, os objetivos específicos são: a) compreender as potencialidades e os desafios do uso da Inteligência Artificial Generativa na graduação, com base na vivência no Estágio Docente e b) refletir as consequências desses recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, diante dos aspectos éticos, pedagógicos e acadêmicos no contexto da disciplina de Metodologia Científica.

Por isso, durante o Estágio Docente, desenvolveu-se uma atividade prática com 45 estudantes da graduação, com a solicitação de que cada discente escolhesse uma IAGen e utilizasse esse recurso para responder 10 questões sobre normas de escrita científica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e American Psychological Association (APA), como base de conferência o Manual interno da Universidade para a comparação entre as respostas geradas e as regras oficiais das normas.

A justificativa desta experiência fundamenta-se na necessidade de compreender criticamente o papel da IAGen no contexto educacional contemporâneo, especialmente no Ensino Superior. Diante da rápida incorporação dessas tecnologias pelos estudantes, impôs-se aos docentes o desafio de repensar práticas pedagógicas e éticas no uso dos recursos automatizados de apoio à escrita acadêmica e, conseqüentemente, à pesquisa. Nesse sentido, investigar como os discentes utilizam o recurso em suas produções contribui para ampliar o debate sobre a autoria, a formação crítica e a responsabilidade intelectual no ambiente universitário.

Entretanto, constata-se, ainda, uma carência de experiências documentadas que abordem, de maneira crítica, o uso desse recurso em disciplinas de graduação, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências acadêmicas fundamentais na matéria de Metodologia Científica. A socialização dessas experiências revela-se central para fomentar o debate sobre o uso ético da tecnologia e, diante da relutância de parte dos profissionais da Educação, demonstrar que existe possibilidade de proporcionar uma integração crítica e responsável da IAGen na Educação Superior.

A leitura deste Relato de Experiência apresenta-se como um convite a pensar para além dos padrões tradicionais, ao evidenciar que as mudanças tecnológicas estão em constante expansão e exigem a adaptação das práticas em sala de aula de maneira natural e criativa. A subseção seguinte aborda a Metodologia, seguida da apresentação de noções básicas sobre o uso da IAGen e das atividades desenvolvidas, para, posteriormente, introduzir reflexões acerca da autoria no contexto educacional mediado por tecnologias, considerado a relação entre produção humana e recursos de inteligência artificial.

METODOLOGIA

A metodologia deste Relato de Experiência foi orientada pelas contribuições de Antunes e colaboradores (2024), quanto à sistematização, a partir do princípio da validação interna. Assim, configura-se essencialmente como documental, centrando-se na análise das experiências e dos registros acadêmicos já realizados em sala de aula:

O relato de experiência, nesse sentido, tem como objeto de pesquisa um fenômeno observável, em um ambiente natural, no qual a pessoa que pesquisa se relaciona com o objeto para investigar a realidade de forma sistemática, explicitando seus vieses de observação e análise, em um processo minucioso de descrição, com vistas a uma comunicação científica que busca ser fidedigna (Antunes *et al.*, 2024, p. 6).

O estágio foi realizado na Universidade Tiradentes, situada na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, na Avenida Murilo Dantas, número 300, bairro Farolândia, no período de 7 de agosto de 2024 a 4 de dezembro de 2024, totalizando 30 horas de dedicação. Durante esse período, as atividades desenvolvidas envolveram observação das aulas, práticas de docência ativa, elaboração e aplicação de atividades em classe, além da redação do relatório final para a Instituição de Ensino Superior. Esse processo ocorreu sob supervisão da Orientadora Acadêmica e professora da disciplina, coautora do presente Relato, que acompanhou todas as etapas.

A partir da conexão inicial com os alunos nos primeiros encontros, percebeu-se que o uso da IAGen não estava adequado à forma ética considerada apropriada na atualidade. Após uma situação emblemática em sala, na qual uma aluna afirmou copiar e colar informações fornecidas pelo ChatGPT sem verificar sua veracidade, elaborou-se a atividade explorada, composta por 10 questões, detalhada na próxima seção. Assim, a ideia central da atividade consistiu na comparação das regras da ABNT e APA com as respostas elaboradas pelo recurso tecnológico, sendo a escolha do recurso da IAGen livre por parte dos alunos. De 45 atividades recebidas, 12 foram excluídas, desconsideradas por conterem apenas transcrições das respostas, sem comparação solicitada, tornando-as inadequadas à análise metodológica do presente estudo. Assim, restaram 33 atividades para apresentação dos resultados no Relato de Experiência.

Para contextualizar conceitos e categorias relevantes ao uso da IAGen na Educação, adotou-se a revisão narrativa e, a partir do diálogo entre teoria, dados e experiência, apresentou-se a atividade e refletiu-se sobre seus impactos educacionais. O processo metodológico seguiu criteriosamente os parâmetros de detalhamento dos procedimentos, com pluralidade de fontes, fundamentação teórica e abordagem crítica.

Na próxima seção, apresenta-se o conceito básico de Inteligência Artificial Generativa, em diferenciação à Inteligência Artificial em geral, além dos resultados da análise da atividade, com comparação das respostas às normas ABNT e APA.



NOÇÕES SOBRE O USO ÉTICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

A Inteligência Artificial (IA), em seu sentido mais amplo, compreende-se como o campo dedicado à simulação do pensamento e do comportamento humano por meio de sistemas computacionais, conforme a definição clássica de Russell e Norvig (2022). Esses autores fundamentam a IA na busca pela ação correta, guiada por princípios de eficiência, benefício e racionalidade, interpretada em quatro vertentes complementares: agir como humanos (Teste de Turing³, que avalia se a máquina engana observadores quanto à sua humanidade); pensar como humanos (modelagem cognitiva inspirada na psicologia); pensar racionalmente (leis lógicas do pensamento, independentemente de processos biológicos); e agir racionalmente (agente ideal que maximiza resultados esperados).

Especificamente, a IAGen constitui uma evolução disruptiva de modelos avançados de aprendizado profundo, ao dedicar-se, por meio de treinamento em vastos volumes de dados, à criação de saídas inéditas, aparentemente originais, que abrange textos, imagens, vídeos, músicas e códigos de programação. A natureza probabilística dessa tecnologia, entretanto, pode gerar produções inconsistentes, mesmo que seja o mesmo comando usado, além de propensão a vieses sociais que advêm dos dados de treinamento, falta de explicabilidade do conteúdo e riscos como conteúdos falsos, ameaças à privacidade e violação de propriedade intelectual (Stryker; Scapicchio, [2023?]; Santaella, 2023).

Nesse contexto, Flores (2025) investiga as práticas de letramento mediadas pela IA Generativa, definindo o comando, ou *prompt* na linguagem original, como um dispositivo discursivo e semiótico, além da definição base como entrada fornecida ao modelo para o recebimento de uma resposta específica. Nessa formulação, a elaboração exige do usuário decisões lexicais, estratégias retóricas e uma clara intenção comunicativa, em uma postura ativa e reflexiva que envolve planejamento textual, negociação de sentido e controle de registro, consolidando-se como um instrumento pedagógico para o uso ético da tecnologia.

No campo da ética na Educação Superior, Santaella (2023; 2024) alerta para o risco de esvaziamento da criatividade humana diante da dependência de sistemas capazes de mimetizar estilos, sintetizar dados e antecipar demandas. A autora argumenta que a padronização gerada por esses sistemas, quando ativada por comandos simplistas que ignoram o comando como um

³ Experimento proposto por Alan Turing (1950) para avaliar se uma máquina pode exibir comportamento inteligente equivalente ao de um ser humano. No teste, um avaliador interage com um humano e uma máquina sem saber qual dos interlocutores é qual; se não conseguir distingui-los pela qualidade e naturalidade das respostas, a máquina é considerada capaz de "pensar".



produtor de sentido, pode comprometer a originalidade. Nesse cenário, o processo reflexivo é gradualmente substituído pela automação, que ameaça a autenticidade da autoria, ao que Santaella (2023, p. 22) versa que:

[...] proibir deve estar entre os piores caminhos, pois acaba por incentivar o uso oculto, cuja detecção, apesar de promessas, não é ainda segura. Ignorar significa alienar-se de um problema que exige atenção e encaminhamentos. A questão mandatária que se coloca é ética, o que envolve, antes de tudo, informar-se, conhecer, experimentar e avaliar para melhor agir.

Diante disso, incumbe ao professor explorar a tecnologia em profundidade, decifrar suas nuances e apresentar seu uso aos alunos de maneira responsável e estratégica. Essa perspectiva ética ressoa com a concepção freireana (Freire, 2002) do processo mútuo de ensino-aprendizagem, caracterizado pela dialógica transformadora na qual educador e educando se constituem reciprocamente. Exige-se do docente disponibilidade para reaprender, no reconhecer da sabedoria discente manifesta nas práticas cotidianas como indispensável para a reconstrução pedagógica frente às rupturas tecnológicas. Na Era da IAGen, isso abrange especificamente a formulação ética de comandos, o reconhecimento de vieses algorítmicos e a validação crítica das respostas geradas.

Nesse cenário, a atividade pedagógica proposta objetivou desenvolver habilidades de refinamento de comandos para o uso da IAGen, recurso já integrado ao cotidiano discente, conforme constatado em sala de aula. Durante o processo de mediação, após as orientações iniciais, a dinâmica avançou para reflexões éticas essenciais, com a abordagem quanto aos riscos que se incorre ao uso como o plágio acadêmico, as alucinações de dados, os vieses algorítmicos e a indispensável responsabilidade humana pelo conteúdo produzido (Santaella, 2023). Complementarmente, discutiram-se diretrizes de transparência com ênfase na creditação da IAGen, e, embora essas normas ainda estivessem em fase de consolidação, seguiu-se a recomendação da Universidade de São Paulo apresentada por Sá (2024), que orienta a declaração explícita de uso ou a devida referência nos trabalhos, assegurado o rigor e a integridade acadêmica necessários ao ambiente universitário.

Quanto à instrução para a etapa prática, explicou-se que os alunos deveriam elaborar comandos que expressassem suas necessidades específicas, na utilização como base as questões norteadoras propostas em sala no recurso de IAGen de sua preferência. A proposta pedagógica previa que a construção de entradas (*inputs*) bem delimitadas e tecnicamente refinadas permitiria uma comparação crítica das respostas geradas com as normativas vigentes da ABNT e da APA. Para essa validação, utilizou-se como suporte o Manual para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Grupo Tiradentes (Rosa, Barros, 2024), que promoveu comparação entre a produção automatizada e os padrões de excelência documentais internos da Universidade. Assim, a atividade uniu a prática instrumental ao domínio das normas técnicas, na consolidação do aprendizado que é, simultaneamente, tecnológico e normativo.



A atividade pedagógica teve como propósito demonstrar, por meio da experimentação prática, que a suposta infalibilidade dos recursos de IAGen é um mito, visto que, mesmo sob condições de padronização, os sistemas permanecem vulneráveis a erros estruturais e inconsistências semânticas. Por meio dessa constatação, tentou-se fazer compreender aos alunos que a supervisão humana deve ser usada como o filtro, ético e intelectual, para a validação dos resultados, na desconstrução da confiança cega na automação e na reafirmação de que a competência crítica do sujeito é a única garantia contra a mediocridade técnica e o esvaziamento do rigor acadêmico.

As atividades foram examinadas com base nas respostas fornecidas às 10 questões subjetivas, em busca de identificar o nível de compreensão dos alunos e o conjunto final de análise foi composto por 33 produções válidas, conforme pontuado na Metodologia, após o processo de seleção e descarte das atividades que não atenderam aos critérios propostos. Dessa forma, foi feita a quantificação de acertos e erros, conforme a própria resposta das atividades, demonstrado nos próximos parágrafos, ao que respostas classificadas pelos próprios estudantes como incompletas foram consideradas incorretas para fins de análise. Os resultados são apresentados de forma descritiva, respeitando o caráter qualitativo do relato, com apoio em quantificação simples para fins de sistematização da experiência.

Na primeira questão, sobre a formatação de citação direta com mais de três linhas (ABNT NBR 10520:2023), houve um predomínio de acertos, com 30 respostas certas contra 3 equivocadas, com falhas pontuais ao que se refere a necessidade do recuo de 4cm. Ao se deparar com a segunda questão, que tratava sobre a referência de artigos com DOI, o cenário alterou-se drasticamente, com 20 acertos e 13 erros e demanda de quem a utiliza vigilância sobre o conteúdo e conhecimento prévio, para ter noção de que aquela resposta está errada. A análise em sala revelou que a IAGen frequentemente confunde a disponibilidade e a data de acesso com a codificação, que coloca em evidência uma alucinação, em que o sistema mistura padrões da APA e ABNT.

No que se refere à correta inserção de ilustrações e tabelas no texto acadêmico, na terceira questão, foram 18 corretas e 15 erradas, que demonstra a falta de conhecimento ao se tratar da análise de imagens. Novamente, se decorreu de confusão diante da amplitude de informações on-line sobre o tema, com diversas respostas divergentes no posicionamento das imagens, incluindo possíveis padronizações de revistas. Deveria seguir a padronização da ABNT NBR 14724 (2011), atualizada, naquele mesmo ano, em 16 de dezembro de 2024. Sobre os elementos pré-textuais obrigatórios e suas funções, quarta questão, 19 estudantes classificaram como corretas e 14 como incorretas. Ainda que exista a compreensão geral sobre a obrigatoriedade de cada um desses elementos na norma da ABNT NBR 14724 (2011), considera-se que as lacunas estejam relacionadas à mesma confusão anteriormente identificada, no treinamento, a partir da amplitude de informações disponíveis sobre o tema.



O domínio sobre a elaboração de resumo científico apresentou menos falhas, com apenas 8 respostas incorretas enquanto 25 foram consideradas corretas, na quinta questão. Observou-se, nas respostas incorretas, confusão quanto ao uso de pontuação na separação de palavras-chave (ABNT, 2021). A formatação de citações com três ou mais autores segundo as normas APA, juntamente com a solicitação de um exemplo prático, sexta questão, registrou 23 acertos e 10 erros. Indicativo de um domínio razoável, considerado as questões referentes a ABNT e observou-se erro na indicação da autoria colaborativa, na forma do “*et al.*” (Rosa, Barros, 2024), seguinte a atividade dos alunos.

No caso da referência completa de um livro, pelas normas APA, na sétima questão, observou-se 19 respostas corretas e 14 incorretas, sugerindo que a estrutura formal exigida gera dúvidas na resposta da IAGen. A confusão principal ocorreu diante da padronização ABNT, com a aplicação de negrito ao invés de itálico (Rosa, Barros, 2024), situação igualmente observada quando se solicita a padronização conforme a ABNT. No caso apresentação de siglas e abreviações no corpo de trabalhos acadêmicos conforme as Normas APA, a oitava questão teve melhor desempenho, com 29 respostas certas e 4 erradas. Com relação à referência adequada de sites ou páginas da web segundo as normas APA, nona questão, 31 colocaram como resposta certa, enquanto 2 erradas, vez que na APA não há necessidade obrigatória de colocar o endereço virtual (*link*) e a data de acesso (Rosa, Barros, 2024).

Na última questão, a décima, a atividade solicitou que fosse descrito três diferenças significativas gerais entre as normas APA e ABNT na formatação de trabalhos acadêmicos, obtivemos o resultado de 24 respostas corretas e 9 respostas incorretas. De modo geral, observou-se que o maior percentual de acerto indicado pelos estudantes ocorreu nas questões relacionadas às normas APA e, um possível motivo para esse desempenho está no fato de que recursos como o ChatGPT (OpenAI, [2025?]), por serem desenvolvidas por uma empresa estadunidense, tendem a fornecer respostas mais precisas quando se trata de padronização no idioma inglês e de normas utilizadas em países anglófonos.

Outra hipótese tem relação com o senso de confusão acerca das supostas mudanças nas normas da ABNT, em uma percepção distorcida quanto ao padrão normativo real. No entanto, essas alterações não são tão frequentes quanto se acredita, como ilustra a atualização de ABNT NBR 14724, a qual a alteração mais recente ocorreu após a anterior ter vigorado por mais de uma década, desde 2011 a 2024. Mesmo após a realização da atividade, observou-se que, apesar da adaptação e veracidade de alguns alunos em indicar o uso, outros continuaram a utilizar o recurso de maneira não recomendada. Alguns recorreram a diferentes subterfúgios para disfarçar, porém, com alguns deslizes pois foi detectado em uma das atividades dissertativas, uma resposta automática ao comando dado pela IAGen, que foi inserida diretamente no conteúdo, com o nome do estudante ali, em destaque o explícito uso, não creditado nas referências.



Essa observação anterior reforça a reflexão proposta na seção seguinte, que se dedica a explorar bases teóricas sobre o processo de escrita acadêmico-científica na contemporaneidade. O cenário atual, marcado pela incorporação das IAGen na produção textual, em correlação a uma possível autoria híbrida, suscita o debate sobre os limites da autoria. Dessa forma, as reflexões a seguir dialogam diretamente com as situações observadas durante a atividade pedagógica descrita, para a compreensão da autoria híbrida, especialmente no que se refere ao uso acrítico da IAGen pelos estudantes.

AUTORIA HÍBRIDA OU ESCAPATÓRIA DA ESCRITA NO PROCESSO EDUCACIONAL?

O processo de escrita acadêmico-científica não é isolado, exige um olhar minucioso e constante dedicação ao aprimoramento das ideias e da linguagem. Em profundidade, não se resume à mera produção textual, uma vez que demanda a compreensão de domínio sobre as referências teóricas, articulação de conceitos de forma coerente e fundamentação de cada argumento levantado, com o incorporar de contradições, a depender da elaboração pertinente à investigação científica (Soares, 2022). Requer, portanto, atenção cuidadosa à estrutura lógica, coerência interna entre a escrita das subdivisões textuais e precisão terminológica para garantir credibilidade científica e fluidez da leitura.

Nesse percurso, o tempo, termo de heresia quase inevitável dada a sua vastidão polissêmica, apresenta-se como o elemento essencial para que a escrita alcance sua completude. Embora as teorias físicas contemporâneas apresentem um cenário de profunda falta de consenso sobre a natureza temporal, oscilando entre o tempo absoluto de Newton e a relatividade de Einstein, Martins e Zanetic (2002, p. 42) destacam que a irreversibilidade permanece como uma marca indelével da experiência fenomenológica, pois “em nosso dia a dia sabemos que o tempo não volta atrás”. Redige-se pela percepção de uma natureza linear e finita, pois, de fato, essa característica demonstra que o tempo é um recurso que não retrocede, em que um segundo após outro da vivência, o “agora” já se transmutou em passado.

No entanto, na contemporaneidade, essa fluidez natural é sequestrada por uma lógica de produtividade exacerbada, na qual o tempo é constantemente pressionado por urgências, em uma cultura de desempenho que reduz o sujeito à exaustão. Han (2015, p. 4) caracteriza esse fenômeno como “violência neuronal”, na qual o ser humano, submetido à pressão pela eficiência e pela positividade contínua, perde o espaço necessário para a reflexão e o repouso. Nesse contexto, a aprendizagem da escrita acadêmico-científica surge como um ato de resistência à urgência imposta, em sua naturalidade, exige pausa, atenção e ritmo próprio para o amadurecer do pensamento e a construção textual com rigor no processo de construção do conhecimento.

Entretanto, o debate em torno da autoria sofre deslocamentos diante das transformações tecnológicas, em especial quanto as IAGen, já referidas anteriormente, que tensionam os limites do ato de escrever. Em ponderação sobre a possibilidade de coautoria, híbrida, Pimentel, Carvalho e Silveira (2024, p. 4 – 8) conceituam que:

Para início de conversa, não reconhecemos a IA Generativa como autora, pois ela não age sozinha, não tem autonomia. Afirmamos que ela é, em potência, uma coautora, já que sempre atua em parceria com os usuários, sempre depende de um prompt humano para gerar novos textos e imagens. [...] Reconhecer o papel humano no processo criativo deve levar até mesmo os mais céticos e antropocêntricos a concluir que o resultado da cocriação humano-IA é, de fato, uma obra.

O funcionamento técnico das máquinas se limita a obediência a instruções programadas enquanto o pensamento humano se correlaciona aos sentidos, intenções e contextos (Santaella, 2023). Nesse contraste, a interação entre humanos e sistemas algorítmicos exige mais do que a mera operacionalidade demanda a compreensão crítica e capacidade interpretativa, em que o comando, já apresentado na seção anterior, se bem efetuado, configura-se como uma dimensão do letramento crítico, na qual Flores (2025, p. 130) explica que “o aprendiz negocia sentidos com um sistema algorítmico, performa identidades, encena papéis sociais e exerce agência comunicativa em um espaço híbrido entre o humano e o não humano”.

Dessa forma, o ato de elaboração de comandos representa um exercício comunicativo e interpretativo que revela o papel ativo do sujeito na construção de significados compartilhados com o recurso tecnológico. Apesar da escrita, nesse ponto do uso de IAGen, não ser mais resultado exclusivo da subjetividade humana, ainda há responsabilidade acadêmica conforme a ética, a criatividade e a identidade do texto apresentado em uma entrega em sala de aula ou por meio de submissões e publicações. Cardoso e Colaboradores (2023) atentam para necessidades de estímulo e orientação do estudante para o uso crítico do recurso, para que não o use apenas como replicador na entrega de trabalhos de modo integral às respostas fornecidas pelo modelo algorítmico usado, mas que desenvolva o protagonismo e não deixe de lado suas atribuições.

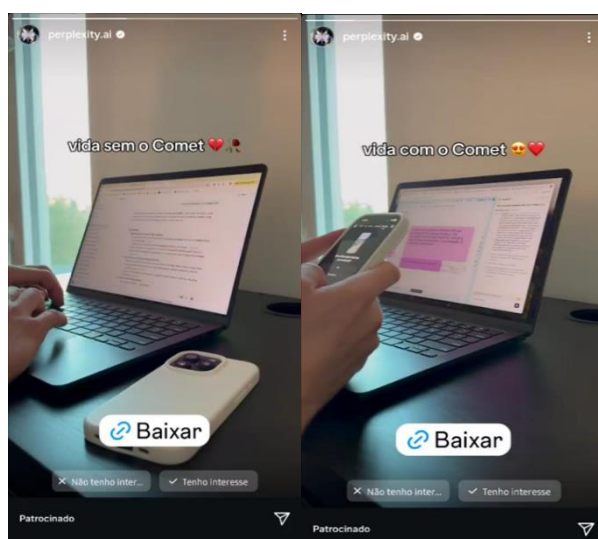
Essa necessidade de vigilância pedagógica torna-se ainda mais premente diante do cenário normativo nacional, pois, embora o Brasil (2023) avance com o Projeto de Lei n.º 2338, de proposição do Senador Federal Rodrigo Pacheco, que se encontra em tramitação atual, no ano de 2025, na Câmara dos Deputados, o País ainda carece de uma regulamentação consolidada que estabeleça diretrizes para o uso da IAGen. Em forma de diminuir esse impacto, considera-se imprescindível, ao se falar de tecnologia, em cumprimento do compromisso ético, incorporar esse tema ao conteúdo da disciplina de Metodologia Científica, instrumento transformador dos alunos da graduação, por promover sua inserção na construção do conhecimento científico.

Conforme preconiza o Guia para a IA Generativa na Educação e na Pesquisa, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Organização das

Nações Unidas, 2023), a integração da IAGen no contexto educacional deve ser regulada, apresentar uma abordagem centrada no ser humano e etapas de proteção de dados, com implementações éticas e o foco no desenvolvimento de capacidades adequadas aos estudantes. Na amplitude de reflexão sobre as práticas de ensino, considera-se, no papel do professor, a responsabilidade de fomentar a autonomia discente, para que o aluno não se torne um mero “repetidor cadenciado de frases e ideias inertes” (Freire, 2002, p. 15), diante da produção algorítmica que pode ocasionar alienação intelectual. Destaca-se a atualidade dos ensinamentos para a formação crítica dos estudantes, ao reafirmar a importância de uma prática pedagógica que estimule o pensamento autônomo e o questionamento reflexivo, como exercício de emancipação intelectual.

Dados concretos demonstram que o uso da IAGen para assistência à aprendizagem e elaboração de trabalhos escolares, em 2024, atingiu 77%, em países emergentes, que inclui o Brasil, em Relatório global elaborado pela Google, em parceria com a Ipsos, publicado em 2025. Em consideração à amplitude geográfica do País, com desigualdade no acesso, conforme pesquisa do IBGE (Loschi, 2025) com 93,6% (74,9 milhões) dos domicílios possuem internet e 6,4% permanecem desconectados, cerca de 5,1 milhões de residências, por diversos fatores, sabe-se que se refere a uma parcela privilegiada da população.

Boa Sorte e colaboradores (2021), ao discutir sobre o tema, no uso específico do ChatGPT-3, apontam os dilemas sobre o entendimento de autoria, disposta como demarcação de identidade do escritor na produção, para além do ineditismo e de problemas relacionados ao plágio. O pensar sobre os impactos do uso da IAGen na produção escrita prossegue, com outros arquétipos, em especial quanto aos interesses por detrás das facilidades que advêm. Em propaganda recentemente publicada, com o lançamento do navegador Comet pela Perplexity IA (Bort, 2025), vê-se:



**Figura 1.** Registro de tela da propaganda da Perplexity IA

Fonte: acervo da autoria, 2025

O registro, feito no Instagram, demonstra que com o navegador Comet, a pessoa poderia ficar nas redes sociais enquanto o navegador faria suas tarefas. Tenciona-se a intenção capitalista, preconizada por Zuboff (2021), na formalização do indivíduo a um mero cliente de negócios, pela realocação de tarefas para a tecnologia em prol do uso das redes sociais. Para além, foi reportado pelo próprio CEO da empresa, Aravind Srinivas, no podcast TBP (Bort, 2025) sobre o lançamento do navegador para a coleta de informações pessoais fora do aplicativo para saber mais sobre o perfil da pessoa que o utiliza e fazer anúncios para compras de forma personalizada.

Ressalta-se, antes das considerações finais, que, apesar da adesão e da transparência de alguns alunos quanto à indicação do uso, alguns alunos continuaram a utilizar o recurso sem realizar a devida indicação de uso, evidência percebida em comandos deixados, sem observância, nas produções entregues posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, após a compreensão das potencialidades e desafios do uso da IAGen na graduação e a reflexão sobre o impacto do recurso tecnológico no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Metodologia Científica, observa-se que o uso atual ainda se apresenta, em grande parte, de forma superficial. Evidencia-se um padrão recorrente de erros nas respostas relacionadas às normas técnicas, tanto da Associação Brasileira de Normas Técnicas quanto da American Psychological Association.

A tendência de escapatória do aprendizado da escrita, em evidência ao estudante se limitar a reprodução do conteúdo gerado por uma IAGen, revela uma fragilidade social e formativa, conforme pôde se observar ao longo do texto. A autoria híbrida surge como uma possibilidade para que os estudantes usem a IAGen, entretanto, devem ser minuciosos quanto a indicação do uso e ao exercício da criticidade na construção do pensamento, de modo evitar se restringir apenas ao apresentado pelo recurso tecnológico.

Decorre que, como seres humanos, é necessário cultivar o pensar de modo criativo. A escrita, enquanto personalíssima, demanda tempo de construção teórica, efetivação e posteriores revisões. No que se refere a originalidade, para que esta se mantenha, deve-se saber usar os recursos da forma mais adequada possível, para que o processo de aprendizagem seja verdadeiro e não se transforme apenas no copiar-colar do que já foi posto por outras pessoas em algum momento.



E, para isso, o papel profissional dos docentes permeia a mediação dessa realidade, na promoção da aprendizagem, junto ao estudante, sobre o uso desses recursos que, embora recentes, avançam rapidamente conforme progressos tecnológicos. O temor em relação ao uso da IAGen não deve ser o foco, quando este ocorre independentemente de como se coloque conceitualmente sobre isto, como professor. A insistência deve ser em orientar pela verdade, na transparência do uso ou não dessas tecnologias.

Em finalização, evidencia-se a necessidade de reflexão sobre os motivos que levam à delegação de tarefas à tecnologia em prol da presença nas redes sociais, conforme demonstrado na propaganda, e, sobre a construção do plano de uma personalização – ainda maior – dos anúncios a serem disponibilizados por meio do uso dos navegadores da IAGen.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, J.; TORRES, C. M. G.; ALVES, F. C.; QUEIROZ, Z. F. de. Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e12517, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e12517. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12517>. Acesso em: 22 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: Informação e documentação — Citações em documentos — Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**: Informação e documentação — artigo em publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BOA SORTE, P.; FARIAS, M. A. de F.; SANTOS, A. E. dos; SANTOS, J. do C. A.; DIAS, J. S. dos S. R. Inteligência artificial e escrita acadêmica: o que nos reserva o algoritmo GPT-3?. **Revista EntreLinguas**, Araraquara, v. 7, p. e021035, 2021. DOI: 10.29051/el.v7i00.15352. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/15352>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BORT, J. Perplexity CEO says its browser will track everything users do online to sell ‘hyper personalized’ ads. **TechCrunch**, 24 abr. 2025. Disponível em:



<https://techcrunch.com/2025/04/24/perplexity-ceo-says-its-browser-will-track-everything-users-do-online-to-sell-hyper-personalized-ads/>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 2338, de 2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 22 out. 2025.

CARDOSO, F. S.; PEREIRA, N. da S.; BRAGGION, R. C.; CHAVES, P.; ANDRIOLI, M. O uso da Inteligência Artificial na Educação e seus benefícios: uma revisão exploratória e bibliográfica. **Revista Ciência em Evidência**, v. 4, n. FC, p. e023002, 2023. DOI: 10.47734/rce.v4iFC.2332. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/cienciaevidencia/article/view/2332>. Acesso em: 22 out. 2025.

FLORES, D. R. F. Quando o Prompt ensina: práticas emergentes de letramento com IA no Ensino de Línguas. **Gláuks: Revista de Letras e Artes**, v. 25, n. 2, 2025. DOI: 10.47677/glauks.v25i02.534. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/534>. Acesso em: 22 out. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOOGLE. IPSOS. **Our lives with AI**: From innovation to application. Google, jan. 2025. Disponível em: https://static.googleusercontent.com/media/publicpolicy.google/en//resources/ipsos_google_our-life-with-ai_2024_25.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOSCHI, M. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. **Agência IBGE Notícias**, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>. Acesso em: 22 out. 2025.

MARTINS, A. F. P.; ZANETIC, J. Tempo: esse velho estranho conhecido. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200029. Acesso em: 22 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Setor de Educação. Agenda Mundial da Educação 2030. **Guia para a IA Generativa na Educação e na Pesquisa**. Tradução de Teresa Margarida Loureiro Cardoso e Viviane Cristina Marques. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2023. Atualizado em 20 jun. 2024. Disponível em:



<https://www.unesco.org/pt/articles/guia-para-ia-generativa-na-educacao-e-na-pesquisa>. Acesso em: 22 out. 2025.

OPEN AI. ChatGPT. **OpenAI**, [2025?]. Disponível em: <https://openai.com/index/chatgpt/>. Acesso em: 22 out. 2025.

PIMENTEL, M.; CARVALHO, F.; SILVEIRA, V. J. IA Generativa pode ser coautora? **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, v. 12, n. 25, p. e024012, 2024. DOI: 10.22484/2318-5694.2024v12id5569. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5569>. Acesso em: 22 out. 2025.

ROSA, F.; BARROS, S. **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos do Grupo Tiradentes**. 2ª Edição. Aracaju: Editora Tiradentes, 2024. Disponível em: <https://www.editoratiradentes.com.br/destaques/tecnologias-e-praticas-educativas-no-ensino-remoto/>. Acesso em: 22 out. 2025.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial - Uma Abordagem Moderna**. 4. ed. Tradução de Daniel Vieira. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022.

SÁ, D. B. Como referenciar o uso da Inteligência Artificial de acordo com a ABNT? **Tecmundo**, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/282499-referenciar-uso-inteligencia-artificial-abnt.htm>. Acesso em: 22 out. 2025.

SANTAELLA, L. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Edições 70, 2023.

SANTAELLA, L. Por que é imprescindível um manual ético para a Inteligência Artificial Generativa? **TECCOGS - Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, 2024, p. 7–24. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/67064/45073>. Acesso em: 22 out. 2025.

SOARES, B. B. C. Escrita Acadêmica: dicas práticas para elaboração de Trabalhos Científicos. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 3, p. 228 - 235, 2022. DOI: 10.51249/gei.v3i03.823. Disponível em: <https://periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/823>. Acesso em: 22 out. 2025.

STRYKER, C.; SCAPICCHIO, M. O que é IA generativa? **IBM**, [2023?]. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/generative-ai>. Acesso em: 22 out. 2025.

TURING, A. M. *Computing Machinery and Intelligence*. **Mind** 49, 1950, p. 433 – 460. Disponível em: <https://academic.oup.com/mind/article/LIX/236/433/986238>. Acesso em: 22 out. 2025.

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Intrínseca, 2021.



DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2025.94943>

Revista Docência e Cibercultura



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.